

A irregularidade das chuvas após o plantio forçará os produtores rurais a amargarem quebra de 10% a 15% na safra de grãos do Distrito Federal, estimada inicialmente pela Emater em 130 mil toneladas (20 mil a mais que no ano passado). A cultura mais atingida é o arroz, cuja produção não irá além de 30% da previsão original de 13 mil toneladas. As 3 mil 900t restantes são suficientes para abastecer Brasília apenas durante um mês, segundo cálculos da Emater, mas a quebra ocorrida não representará grande impacto sobre um mercado que já importa anualmente 80% dos alimentos que consome. O quadro de crise é anterior à safra atual e decorre principalmente do alto custo financeiro da atividade, com os produtores pagando juros anuais de 520% em financiamentos concedidos por bancos do Governo. O custo proíbe inclusive investimentos destinados a enriquecer o solo agrícola do DF, o que permitiria incremento da produtividade e diminuição da dependência externa.

ADRIANO DE SOUSA
Da Editoria de Cidade



No Combinado Agrourbano, as crianças são o reflexo de uma vida sem o mínimo de planejamento, onde a escola ainda não chegou

Safra agrícola terá este ano quebra de 15%

Principal causa foi a escassez de chuva no pós-plantio. Cultura mais atingida é o arroz

O Governo federal aparece como o grande vilão no problemático enredo da produção agrícola no Distrito Federal. Sua incapacidade de formular uma política agrícola permanente, terminando com marchas e contramarchas engatadas constantemente sem prévio aviso, submete os produtores a riscos ainda maiores que os decorrentes de fatores climatológicos. "Não pode haver uma produção agrícola constante sem uma política agrícola constante", proclama Flávio Couto, presidente da Emater.

Entre os sintomas dos males acarretados pela indefinição do Governo, Couto destaca os juros cobrados sobre financiamentos concedidos para custei-

o das safras ou investimentos nas propriedades produtivas. Mesmo os bancos oficiais, explica, "cobram juros que chegam a 520% ao ano. Como os produtores tomam sempre empréstimos de longo prazo — os cereais têm um ciclo de produção de 6 meses a 1 ano — esse sistema atual de juros torna a agricultura uma atividade inviável".

MODELO

O presidente da Emater sugere que o Governo mire-se no exemplo dos países desenvolvidos, em que, apesar da estabilidade econômica, a agricultura é subsidiada, seja através de taxas de juros bem mais baixas ou de preços de comercialização avantajados: "No caso do Brasil, a opção tem que ser por juros baixos porque o reduzido poder de compra da população de classe média para baixo invalida a alternativa de fixar preços de mercado mais altos".

Ele revela que a decretação do Plano Cruzado, em março de 86, trouxe novos prejuízos aos agricultores. A promessa de estabilidade vendida pelo Governo no pacote de inovações econômicas fagocitou também os produtores, levando-os a investir tudo o que haviam deixado de investir nos últimos quatro ou cinco anos justamente porque a inexistência de uma política agrícola constante não conven- ce ninguém a investir".

O naufrágio do Cruzado e da miragem da estabilização econômica provocou o refluxo dos investimentos, devolvendo o setor ao marasmo de sempre. Flávio Couto diz que a face mais dura da ausência de investimentos é que é necessário um período de 4 a 5 anos para compensar a perda de produção decorrente "de um ou dois anos em que não há investimentos de peso" para melhorar o desempenho da agricultura. "A agricultura se baseia em ciclos. Cada produto tem seu ciclo econômico próprio e qualquer coisa que leve o agricultor a alterar seu ritmo de produção interrompe o ciclo, com prejuízos que só aparecem no futuro", explica.

AMPLIAÇÃO

Flávio Couto diz que a falta de uma política agrícola tem reflexos desastrosos no Distrito Federal, em que a área agricultável disponível é quase toda explorada, sem que a dependência de outros centros produtores de alimentos seja minimizada. A saída seria a realização de grandes investimentos na recuperação do solo agrícola, para favorecer o aumento da produtividade de grãos e hortaliças.

"A produtividade pode e deve ser aumentada, mas são necessários programas de financiamento dirigidos à recuperação da fertilidade do solo", pondera. "E o problema é que a recuperação é um trabalho caro porque o calcário utilizado é caro e a fosfatagem também. Que faz esse trabalho de recuperação precisa investir o que gastaria para comprar uma ou duas fazendas do tamanho da que pretende recuperar".

A área agricultável de Brasília chega a 250 mil hectares, parte das quais tomada por estradas e áreas de proteção ambiental proibidas ao cultivo. A área cultivada atualmente é de 120 mil hectares — 50 mil dos quais explorados à base de agricultura e pecuária —, o que responderia, segundo Flávio Couto, "a 85% ou 90% da área cultivável. Portanto, há pouca coisa a ser cultivada".

A safra de grãos colhida este

ano ocupou 67 mil 600 hectares somente com soja (43 mil), milho (13.600), arroz, (10 mil) e feijão (1 mil), de longe as principais culturas do DF. Houve um aumento de quase 2 mil hectares em relação a 1986, quando foram ocupados 65 mil 700 hectares, divididos em áreas de 48 mil (soja), 11 mil (arroz), 6 mil (milho) e 700 hectares (feijão).

As mudanças nas áreas plantadas de milho aumentou em mais de 100% e soja (caiu em quase 10%) têm origem nas regras do mercado, cuja oscilação determina a opção do produtor no momento de fundar sua safra. "A agricultura sempre foi uma atividade de alto risco, em que o produtor está sempre sujeito às regras do mercado e às oscilações da natureza. Então, a opção do produtor é determinada pela cotação dos produtos na época do plantio", explicou.

Por vezes a opção é influenciada pelos parâmetros que regem os programas de financiamento dos bancos estatais. Como exemplo, Flávio destaca a diminuição da área plantada de soja. Ele acredita que o Valor Básico de Custeio, (VBC), que o Governo utiliza como medida-padrão do suposto custo por hectare do plantio de qualquer cultura, estipulado para os produtores de soja, provocou a retração apontada pelos números. Para os grandes proprietários, o Governo garantiu 50% do VBC; para os médios, 60%; e para os pequenos, 100% o que significa Cz\$ 1 mil 457 por hectares plantado. "Só que o custo do hectare de soja é em torno de Cz\$ 5 mil", acrescentou Couto.

O atrelamento dos produtores a números e parâmetros prejudiciais forjados por instâncias fora do seu alcance, torna-o presa também das regras de mercado, quando chega o momento de comercializar a produção: "O produtor não fixa o preço de nada. Quando vai vender, é o comprador que faz o preço. Como ele não pode guardar a produção por muito tempo, tem que vender, mesmo sem uma margem de lucro satisfatória. E por isso que os governos de países desenvolvidos subsidiam sua agricultura".